

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <p>Gramado</p>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 1 de 4
<p>Ata de Sessão</p>			

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -

FL. Nº: 41

Ata nº 12/2018 da Audiência Pública referente ao PLO 79/2018, realizada no dia 18 de dezembro de 2018, no Plenário Júlio Floriano Petersen. Sob a presidência do vereador **Volnei da Saúde**, da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, vice presidente da comissão vereador **Everton Michaelsen** e membro da comissão vereador **Luia Barbacovi** presentes ainda o Secretário da Agricultura Sr. **Alexandre Meneguzzo**, comporam a Mesa. Demais vereadores presentes na audiência: **Prof. Daniel, Rafael Ronsoni e Renan Sartori**. Senhor Presidente saudando a presença dos colegas vereadores, servidores da Casa, a comunidade, e demais presentes, invocando a proteção de Deus e declarou aberto os trabalhos da Audiência Pública que trata do PLO 79/2018, que trata das taxas de inspeção propostas pela Secretaria de Agricultura. De imediato, passou a palavra ao Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “Boa tarde a todos, saúdo a comissão, os vereadores aqui presentes, os colegas servidores da secretaria, e a comunidade. (No início da fala houve uma pequena queda no sinal, mas em seguida segue a transmissão)..... no item 62 e 63 aqui está o projeto novo que diz, taxa de vistoria para inspeção municipal. Não ficava claro se isto era por vez que o veterinário vai fazer inspeção, por mês, por ano, então ficava um valor dúbio que nós não conseguimos, pois tinha um valor e inspeção de abates outro valor, a inspeção de abates a nós não afeta porque não temos nenhum abatedouro em Gramado, mas essa taxa de vistoria para inspeção municipal sim, mas como é que se cobra isso. Então fomos buscar pareceres no jurídico, isto é por visita, por ano, por registro, é por mês, então nós precisamos abrir esses valores. Como todos sabemos, estamos buscando a equivalência federal para o serviço de inspeção municipal, o que que é esta equivalência, ela busca a capacidade do serviço de inspeção municipal, será autorizado a dar inspeção a produtos que poderão ser comercializados em todo território nacional, é o Cisb, que vai permitir vendermos em todo território nacional. Agora com a mudança de governo a nível federal, nós tivemos várias dificuldades em questão do Cisb a nível de ministério de agricultura, há uma indefinição de quem vai cuidar do Cisb, para onde iria, essa é uma equivalência nacional. Então nós pensando, conversando e sentido a premência que há por parte das agro indústrias, desbloquearmos as agro indústrias para que possam vender ao menos no estado do Rio Grande do Sul, nós rapidamente fizemos, vamos chamar assim, de uma grande manobra em providenciar a documentação necessária para o registro estadual, para que pudéssemos atingir o Susaf, que é a equivalência estadual. Estávamos buscando a federal por causa dessas indefinições a nível federal, queremos ainda ter aguardar e há uma necessidade dos nossos produtores de comercializar em Canela por exemplo, em Igrejinha, em Três Coroas e na redondeza, nós então aproveitando uma mudança no decreto estadual do Susaf que facilitou algumas coisas, e vimos que boa parte das nossas agro indústrias poderiam se encaixar no nível estadual. Esse decreto é de agosto e nós começamos a trabalhar, entregamos a documentação para secretaria de agricultura do estado, e estamos aguardando a publicação no Diário Oficial que deve sair amanhã, era uma questão de espaço e disponibilidade do secretário Odacir Klein assinar a documentação e passar, quando ela foi entregue foi conferida imediatamente e toda documentação estava de acordo. Então provavelmente nos próximos dias será anunciado que Gramado atingiu a equivalência ao Susaf que irá contemplar nossas agro indústrias e que depois conseguirem se enquadrar, estiverem de acordo com sua licença ambiental adequada, com seu responsável técnico adequado, e toda documentação que quem é de agro indústria sabe que precisa ter, para que possa estar dentro da legalidade. Então essa questão das taxas que está aqui previsto neste Projeto de Lei, como havia uma indefinição do que que era exatamente, na auditoria que nós tivemos em agosto, nos foi apontado, o que é essa taxa que estão cobrando o que, vocês tem que definir, aí nós vimos que no decreto estadual existem valores atribuídos para várias ações de inspeção, então por exemplo, cada bovino abatido é R\$ 9,00 (nove reais), cada suíno abatido é R\$ 4,00 (quatro reais), e assim sucessivamente, as taxas tem valores pequenos e nós inclusive nos baseamos nos valores do estado e os reduzimos dentro de um limite aceitável para que não ficasse algo pesado. Dentro disso gente, é importante ressaltar o seguinte, nós teremos a partir de 30 de junho por força de lei maior, a necessidade de inspecionar açougues, fatiadores, o nosso tradicional açougue que faz a carne moída, ou a paleta, o quarto, se quiser vender em pedaços, por lei federal vai precisar ter regras de produção, vai ter que ter uma espécie de uma indústria dentro do seu estabelecimento, isso já foi prorrogado várias vezes, mas o prazo novo que foi dado é 30 de junho. Então aí entra também uma necessidade de se manter esse serviço em funcionamento, hoje nós temos dois veterinário e um é emergencial, e nós vamos precisar de mais gente pra cumprir essa lei federal, então também há a necessidade de que o município tenha condições de sustentar este modelo. Então aí temos também a necessidade de existência dessas taxas, taxa de fatiamento por exemplo, se instala aqui uma grande empresa que vai fatiar produtos, vai ter que ter um acompanhamento praticamente direto de um profissional da secretaria, hoje da agricultura, então pra isso se faz necessário que haja uma compensação de recursos, se vier uma empresa grande a Sadia por exemplo, o município teria que arcar com todo serviço de inspeção, então o município precisa ter as suas taxas para minimamente remunerar, vai cobrir todos os custos, não vai, mas pelo menos ameniza um pouco. Outra questão é a importância da equivalência, não é só buscar, é ser, então existe essa necessidade de cobrança, como é um serviço que o município presta, esse serviço tem uma taxa, então para conseguirmos a equivalência estadual era necessário que se colocássemos isto. Por fim aqui, temos aqui o plano municipal o programa Gramado Colônia, ele isenta as agro indústrias que estão devidamente inscritas dessas taxas, por três anos a partir do ano seguinte e expedição do alvará de localização e funcionamento. Então assim, não é uma coisa que vai afetar nesse momento as agro indústrias, e elas vão ter a possibilidade de ter um fôlego aí pra se adequar, e pra se ter uma ideia tem um valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) a tonelada, a maioria das nossas agro indústrias processa uma tonelada, duas toneladas mês, então também não é uma taxa excessiva, mas precisava existir para abrir aquela taxa que estava no código anterior e que não estava sendo cobrada, e que como os vereadores sabem que uma taxa não cobrada, pode gerar inúmeros problemas ao município. Acho que a princípio é isso, ninguém gosta de falar de taxas, na verdade é uma arrumação das que já existem, porque as que já existem fica de difícil leitura, não consegue interpretar a forma da cobrança, então é um ajuste no código tributário do município, pra podermos fazer jus a essa equivalência estadual e também resolvermos esse problema junto a secretaria da fazenda. Mas reitero gente, o programa Gramado Colônia vem para dar essa isenção e ter esse estímulo na hora da produção. Creio que a princípio seria isso, e a gente está aberto para algum esclarecimento que for necessário.” Presidente da comissão coloca a palavra a disposição dos vereadores, e após para a comunidade se assim desejar. Vereador **Prof. Daniel**: “Boa tarde a todos, é importante esse momento de audiência pública onde o projeto é aberto para debate junto a comunidade para que se possa entender melhor, agradeço a presença do secretário Alexandre Meneguzzo, e sei do esforço do secretário em ampliar o potencial de venda do produto da agro indústria, da legalização, e também entendo que é um processo as vezes difícil para o agricultor, existem vários processos e uma legislação que precisamos nos adequar, tudo tem o ônus e o bônus, obviamente que ninguém gosta de pagar imposto, de ser tributado mas o estado precisa funcionar. Precisamos avaliar para onde vai esse dinheiro, a eficiência de como esse tributo vai ser colocado, mas estou buscando a compreensão do processo, acredito no trabalho que a secretaria de agricultura tem feito, e aproveitar o momento para tirar algumas dúvidas e reiterar o entendimento que nós precisamos ampliar a capacidade do agricultor, para levar seu produto para fora de Gramado, no estado e no país, e isso vai ter o bônus que vai ser aumentar a capacidade do agricultor de levar seu produto, mas também com o bônus vem o ônus, tem mais tributação, existem processos que tem que ser feito, e a gente sabe que a secretaria de agricultura tem sofrido com falta de pessoal técnico para poder absorver todas as questões. Essa questão dos açougues tem sido objeto de várias audiências públicas na assembleia legislativa porque o deputado Tarcio Zimmermann também tem se empenhado muito no final do seu mandato pra tentar criar uma postura e amenizar essa burocratização que está acontecendo. Mas enfim, eu gostaria de deixar algumas perguntas, o valor arrecadado ele já por lei vai por caixa único ou vai para um fundo específico. A outra pergunta, pelo que entendi na lei antiga falava só em abate de animal, tinha um valor único pra abate, acho que essa é uma questão que a lei trás, específica o valor, tonelada. Outra coisa, os outros municípios, tu tá buscando a equivalência em relação ao estado através do Susaf, então baixou os valores que o estado tem

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <p>Gramado</p>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 2 de 4
<p>Ata de Sessão</p>			

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -

FL. Nº: 42

colocado como padrão, e os municípios vizinhos, como por exemplo Santa Marias do Herval tem abatedouro, tu tem informação de como é o comportamento, arrecadação dessas cidades, se tem feito esse trabalho, acho que é importante buscar experiências nos municípios que tem abatedouros, porque isso pode chegar na cidade, a gente tem que estar preparado. E só pra esclarecer, o projeto Gramado Colônia dá uma isenção de três anos, essa isenção também é pra abate, pra todas essas taxas que está sendo colocada nessa alteração de lei? São algumas perguntas que eu quero trazer.” Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “O valor arrecadado no momento ele vai para o caixa único, estamos desde o ano passado iniciando o trabalho de regulamentação do fundo municipal de desenvolvimento rural, ele existe desde os anos 90 e gostaríamos de regulamentá-lo, esse ano dado a tantas outras ocupações, e bem ou mal não se consegue fazer tudo de uma vez só, mas está bem encaminhado e uma das pautas em discussão com o Conder é essa regularização, então essas taxas depois iriam para o fundo num segundo momento quando estiver regulamentado. O estado do rio grande do sul cobra, por exemplo temos um veterinário conhecido na cidade o Hugo Cardoso, até nos passou que ele atende um frigorífico aqui no estado, então eles tem aqui em Nova Petrópolis, eles tem que fazer o pagamento das taxas, é por animal e todo mês tem que fazer o pagamento. Outros municípios também adotam, o que muda um pouquinho as vezes é o valor pra cima ou pra baixo, mas em geral pelos municípios que gente observou. Pousou Novo por exemplo foi um município recomendado como modelo na questão de inspeção municipal para reorganização e reestruturação, eles cobram de três a quatro vezes mais valores. Nós imaginamos que estamos iniciando também um processo novo, por isso as taxas ficaram bem abaixo do mercado como se diz, que os municípios a nossa volta fazem. Alguns municípios preveem taxas com outras unidades, com outras grandezas, mas isso não muda muito, a questão do mel é por tonelada, então o valor é de acordo, o caso dos embutidos também é por tonelada, então a unidade fica um pouco mais clara, porque as indústrias tem todo mês a necessidade de apresentar o seu mapa de produção, então em cima desse mapa teria depois a tributação. Mas, já respondendo a quarta pergunta, o nosso programa Gramado Colônia ele dá a isenção plena dessas taxas, então pode viabilizar nesse momento de troca, de reorganização que está o serviço que está bem adiantado, até recebemos alguns elogios dos auditores que estiveram aqui, ligamos de volta pedindo alguns esclarecimentos se o caminho era esse, e estamos no caminho certo. Então estamos bem contente com isso, até pra deixar nossas agro indústrias quanto antes habilitadas a essa inspeção. Então o que que acontece, o que que habilita, o Gramado Colônia, se a agro indústria tem a declaração do Pronaf ela já é admitida, vai direto, se ela não tem ela passa pela aprovação do conselho municipal da agricultura. O conselho em geral tem sido bastante solícito, se inclina favorável a admissão das agro indústrias, porque sabe da importância, é um conselho muito responsável, então tem tido todo esse apoio, e o programa vai fazer essa cobertura pelo período, não impede que ao longo do tempo a maioria das agro indústrias estão nesse período, iniciaram a recém esse período dos três anos e depois se reveja essas taxas e se possa fazer um ajuste mais adiante, de acordo com o momento que vamos sentindo. O que eu acho importante é entendermos que há uma necessidade de adequarmos para buscar a equivalência com o estado, então não podemos, podemos até depois fazer uma legislação de isenção, mas é importante que conste essas taxas para conseguirmos a equivalência no estado. É uma adequação, uma necessidade, falaste bem, as vezes a gente tem o ônus, a gente gostaria que fosse mais simples, porém também faz parte da vida pública a questão das taxas elas existem, cabem aos governos disciplinarem e ajustarem os públicos que podem ser beneficiados com as isenções de acordo com crescimento e desenvolvimento, com políticas de incentivo que queira fazer.” Vereador **Everton Michaelson**: “Boa tarde, senhor secretário, a respeito da taxa que é o questionamento acho que fica bem claro, que se abre uma grande oportunidade a todos proprietários de agro indústrias nesse momento ao estado do rio grande do sul, e mas a frente a nível federal. Essa oportunidade de abertura de mercado a nível estadual, na tua percepção parece ser bem significativa, valores interessantes que abre aos gramadenses inseridos nesse processo?” Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “Sim vereador, o que que acontece, sabemos que temos a nossa coirmã em Canela, é difícil hoje dizer, você trabalha em Gramado em Canela, muitos de nossos agricultores vendem em Canela, só que todos os municípios inclusive o nosso estão acordando para as competências das fiscalizações. Hoje um produto com inspeção municipal não pode vender em outro município, não tem como, e isso alguns dos nossos, da nossa agro indústria principalmente fazem e se arriscam, nós temos Gramado um lugar que a fiscalização tem agido de uma forma dura, mas as mais criativas formas de burlar a fiscalização acontecem, desde de ter salame dentro da caixa de ferramenta de caminhões, até em fundo falso de carros, é muito complicado e o serviço de inspeção tem feito várias batidas, barreira na estrada juntamente com a vigilância, e é bom que deixe claro que o serviço de inspeção não tem o poder de multar, mas sim de denunciar, ele inspeciona, não fiscaliza, então trabalha muito próximo a vigilância sanitária, e já forma feitas várias advertências, notificações. O mel por exemplo aqui na beira da rodovia, hoje se vocês souberem que tem mel que não é registrado e não é de Gramado, por favor nos ajudem porque é um mel que não pode ser comercializado ali. E o pessoal, a equipe aqui eu gostaria de agradecer-los, fizemos força tarefa com a Brigada Militar e detectamos mel falsificado, mas não se que atrapalhar a vida de ninguém honesto, isso que é importante que se diga, o serviço não está aqui para atrapalhar, mas sim para ajudar, existem leis e elas precisam funcionar. Então assim, realmente hoje nós temos uma parcela significativa dos nossos produtos que são vendidos nos municípios vizinhos, e também os eventos que temos aqui na Casa do Colono, temos a pedidos, nossas agro indústrias tem seguidamente que gostaríamos que vendessem em Porto Alegre no Mercado Público, porque que queríamos o Sisb e vamos continuar buscando o Sisb, porque tem mercado no centro do país, num eixo de trezentos quilômetros temos metade da população brasileira, então almejamos que na hora que estabilizar e as regras federais ficarem definidas, se as agro indústrias desejarem nós vamos continuar seguindo este caminho.” Vereador **Volnei da Saúde**: “Acho que seria importante colocar para a comunidade Alexandre, de que forma estas taxas vão ser cobradas, como taxa de aprovação de projeto e localização, isso a agente sabe que é uma vez por ano, mas para inscrição por produto é elaborado junto ao Sim R\$ 40,00 (quarenta reais) por produto, isso seria uma vez ao ano, seria uma vez ao mês, ou a cada visita do fiscal, acho que é bem importante deixar claro pra comunidade também, e todas essas outras taxas. E aproveitar também para colocar que a taxa anterior, a lei anterior, falava de R\$ 1,53 (um real e cinquenta e três reais) por animal, não discriminava se era uma ave, um bovino ou que fosse. Uma pessoa me questionou, se um frigorífico de aves quisesse vir a Gramado hoje, com essa lei ficaria inviável, com a lei anterior seria impossível, mas com esta lei também, porque além de todas as taxas que são pagas em um frigorífico que viria abater em torno de dez mil aves dia, no final do ano teria um acréscimo de aproximadamente de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) de taxa. Então acho que isso também seria importante colocar para comunidade”. Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “Realmente nesta questão das aprovações que seria no 63 ali, taxa para aprovação de projeto e localização, é uma taxa única, ela vai ser paga, volto a dizer, as agro indústrias que estão no programa e todas, tem a oportunidade de entrar no programa, elas são isentas destas taxas. Então a emissão de certificado de registro é uma vez a cada dez anos, a taxa, a inscrição de produto elaborado também, é uma vez, então um salame italiano é R\$ 40,00 (quarenta reais), normalmente isso acontece quando da inscrição, então a pessoa vai estar no programa também Gramado Colônia e vai ter a isenção, encerramento de atividades, na questão das aves como não temos nenhum abatedouro aqui em Gramado, esse valor se buscou no decreto estadual, está em R\$ 0,25 (vinte cinco centavos), em dez mil daria R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil), mas realmente como falei antes não temos, então a gente não se preocupou muito com aquilo que não temos, obviamente que quando do interesse, isso é uma coisa a ser reconversada e ajustada mais adiante.” Vereador **Volnei da Saúde**: “Acho também importante deixar claro pra comunidade que se faz aqui presente, que é um lei municipal, e se os outros municípios ao entorno também tem esse tipo de lei, ou se tem algo distinto ou diferente do que está proposto aqui”. Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “Sim, vários municípios possui a legislação com as taxas nos seus códigos tributários, e a nossa maior preocupação aqui, é que a taxa já existia e para retirá-la teríamos que fazer todo aquele estudo de supressão de taxa, que é, porque você vai tirar uma taxa que já existe, eu lembro quando a gente precisou fazer as isenções do Gramado Colônia também, da onde vai vir a receita que vai compensar tua isenção, da mesma forma a maneira que se encontrou

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES</p> <p>Gramado</p>	<p>Data: 19/10/2010</p>	
		<p>RQ - 025</p>	<p>Revisão: 001</p>
		<p>Página 3 de 4</p>	
<p>Ata de Sessão</p>			

Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -

FL. Nº: 43

de esclarecer as taxas já existentes, foi desmembrando elas e colocando de uma forma bem clara aqui na legislação, e depois também oferecendo esta possibilidade de isenção através de uma lei de incentivo.” Vereador **Luia Barbacovi**: “Saudar a todos, na verdade uma audiência pública no meu entendimento é mais para ouvir as partes da secretaria e comunidade. Mas eu numa conversa inicial com o secretário, fiquei preocupado com a questão da inspeção, porque se além de ampliar e argumentar essa questão, essa questão dos açougues, então se hoje temos dois fiscais, como é que a secretaria pensa em fazer, aí vem aquela coisa, não adianta tu ter uma lei, se tu não tem quem fiscaliza, que é o grande problema não de Gramado, mas de todos municípios, temos dezenas de leis que não dão resultado por não ter fiscalização suficiente. Então, qual é o planejamento da secretaria, porque o restante acho que tem que ouvir a comunidade que vai ter que nos dar a palavra para nos nortejar e votar, então seria mais essa de fiscalização.” Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “É realmente essa questão dos açougues, está caindo na secretaria de agricultura agora, recente, é um trabalho que não se imaginava fazer, como o vereador Daniel colocou, as discussões existem, talvez seja novamente jogado pra frente, e da nossa parte o que que estamos propondo, era um trabalho que normalmente a vigilância fazia em conjunto com outras atividades típicas da vigilância, que é os cuidados que precisa ter num estabelecimento que vende alimento, nos cuidados que tenha o processamento mínimo de carnes. Agora o entendimento é esse, de que se há fracionamento, então precisa, porque que agro indústria ela tem, e o açougue pode fazer da sua maneira sem maiores. Então assim, já estamos com uma série, um cronograma de estudos organizados com a vigilância sanitária para o começo do ano, já estamos nos articulando com lideranças estaduais para ter um entendimento melhor desse trabalho. Uma coisa que podemos ver, os veterinários já fizeram, estágios, trabalhos, visitas em vários estabelecimentos, e é interessante em perceber que tem açougues, geralmente mini mercados com açougues, que dizem, bah até é interessante que vou ter um funcionário a menos, porque vou ter que comprar a carne embalada. Então a gente já está começando com os alertas, o pessoal já está sabendo que existe essa possibilidade de mudança agora em junho. Realmente, a expectativa em que no primeiro momento não muitos adiram a esse fracionamento, se isso acontecer acredito que temos que trabalhar de novo a nível de estado, nação pra se estruturar melhor, porque senão não há como nós atendermos de uma forma adequada. Parece que vai ser exigido a princípio da maneira como está posta a legislação em ter um responsável técnico, este se responsabiliza, vai fazer a orientação toda necessária ao estabelecimento, e o serviço vai fazer a auditoria dos documentos que o responsável técnico mandar, e fazer inspeções de rotina, mas não da forma como num abatedouro, onde o veterinário está todos os dias que tem abate, presente lá. Então realmente Luia, é pertinente a preocupação, também estamos preocupados com essas coisas que os governos de cima nos mandam fazer, mas assim já agora em janeiro, dia dois temos uma conversa com a vigilância para amadurecermos melhor isso e ver como trataremos a questão, se efetivamente em 30 de junho vai acontecer, dois caminhos, os que não estiverem legalizados vão sofrer a fiscalização, e há também a possibilidade de começarem com o produto já pronto a partir do frigorífico embalado, e depois ir aos poucos arrumando seu estabelecimento, seu local de fabricação que a princípio não deve ser um grande investimento, mais é a questão de fluxo que nos preocupa, lá dentro, por onde entra a carne, por onde ela passa, pra onde ela vai ser fracionada e como ela chega no consumidor. O grande problema aí, os colegas veterinários, já conversamos muito, é isso, que as vezes tem estabelecimento que a carne entra pela porta da frente e sai pela porta da frente, em tese não poderia acontecer, deveria ter uma entrada de serviço, um local que permitisse um trânsito da área suja para a área limpa, que obedecesse o fluxo sanitário. Então é dessa forma Luia que estamos tentando atacar a questão, tudo leva a crer, a minha impressão é que será novamente prorrogado, mas temos que nos preparar para minimamente dar um suporte aos que querem. Acho que já tivemos três estabelecimentos que procuraram o serviço, buscando orientações de como proceder para fazer essa adequação.” Vereador **Rafael Ronsoni**: “Quero cumprimentar meus colegas vereadores, comunidade o secretário e a comunidade que se faz presente aqui. Dizer que realmente como falou meu colega vereador Luia, é uma audiência pública para expor o projeto para comunidade e nos dizer, estamos aqui para aprovar ou não uma ferramenta, estamos destinando para que possa ser trabalhado com tranquilidade dentro da lei, para que todos estejam amparados legalmente. Pra isso, precisamos saber realmente de vocês, se essa lei atende, ou não atende, no que pode ser melhorada, se está adequada, nós vamos aprovar, e precisamos ter tranquilidade se ela vai atender a demanda de vocês. É só quem vai colocar o sapato que vai saber onde vai apertar, então pra nós que não temos esse conhecimento na área de vocês que estão no dia a dia e tem as confrontações, que devem nos dizer e orientar como é que funciona, como é a lei e como ela está, e como vai ficar bom pra vocês. Dentro disso nós vamos trabalhar para regularizar e atender vocês, mas não adianta fazermos uma lei aqui e deixarmos engavetada, o secretário não poder implementar, precisamos fazer uma lei bem objetiva que vá atender nossa comunidade, por isso que estamos aqui, para ouvir e fazer o melhor para atendê-los, obrigado presidente.” Presidente coloca a palavra a disposição da comunidade para fazerem suas considerações. **Rolf Naumann**: “Boa tarde a todos, saudar o secretário e dizer que, finalmente está se mexendo nesta lei, a rigor devíamos também descobrir quem foi o responsável, porque nada se fez, e lei tem que ser cumprida especialmente por administrador público. Eu pergunto a taxa fixada em reais, não dá para ao invés de taxa fixar um percentual do salário mínimo, ou implantar uma unidade de multa que existem em alguns lugares, que esta unidade é alterada anualmente para todas as taxas existente, porque aí o controle é mais fácil, e não se perde com a desvalorização da moeda, é só uma sugestão para examinar esse assunto. E por final eu sugiro aproveitando a ocasião, onde descobrimos essa irregularidade e aproveitar para que o executivo, sugeriu a Câmara, que institui uma comissão que investigue se realmente no município se todas as leis estão sendo cumpridas.” Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “Muito obrigado Sr. Rolf, sobre a correção das taxas, o decreto estadual ele estava em UPF’s, e a recente orientação que se tem é que tem que estar em reais, agora eu não saberia lhe dizer claramente o porquê, mas aqui em Gramado é usado o IGPM como critério de correção. Sobre a questão das leis, realmente não é uma coisa fácil, por isso é louvável a gente ter um momento pra ver, como disse o vereador Rafael, para de fato ver porque estamos fazendo uma lei e qual a real necessidade dela, e concordo com o senhor seu Rolf, que precisa de fato ter clareza das leis que temos e seu devido cumprimento, e aqui de fato, na verdade esta lei é quase, ela tenta regularizar, esclarecer uma taxa que tava aí e a gente não sabia como cobrar. E eu acho que respondi mal ao vereador Volnei, como ela seria cobrada, então pra quem não for isento, vai ter os mapas de produção mensais que são fornecidos, e a partir disso então é gerada a taxa para aqueles que são continuados e não são uma taxa única.” **Julita Andreis**: “Boa tarde a todos, eu gostaria de dar uma contribuição. Esta lei se justifica para o esclarecimento e cumprimento legal. Se a gente coloca um valor no fundo municipal, acredito que deva ser destinado pra isso e uma devida prestação de contas seja feita, e uma contribuição do valor por produto registrado no Sim. Temos uma dinâmica hoje, que o produto entra, sai, retorna, e é justamente o valor mais alto. Então se pudesse pensar, refletir se existe essa alternativa. As outras taxas são eventuais, uma só uma vez, a outra de acordo com a quantidade de produção, que são mais justas, mas eu só penso que inibe um pouco a criatividade do produtor, e talvez até a possibilidade de produzir com qualidade superior. Vou citar exemplo, um produtor que faz um salame, daqui a pouco existe a demanda de um salame fatiado, então um produto se torna dois, isso é só um exemplo, e essa é a contribuição que eu queria dar.” Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “Obrigada Julita pela contribuição, muito importante, a primeira parte da colocação que fala do fundo, um pouquinho antes eu tinha comentado, mas ótimo, muito pertinente a colocação das Julita, o fundo municipal de desenvolvimento rural ele foi apenas criado e não regulamentado, ele não funciona, mas é uma das metas para 2019, fazê-lo funcionar e aí sim canalizar essas taxas e outras taxas para a agricultura, para sim a partir delas ter mais tranquilidade para incentivos ou outras ações que o executivo pode fazer, para beneficiar as agro indústrias. Quanto aos valores realmente, é uma questão até de compreensão, de fato a gente buscou uma inspiração nas taxas do estado e as rebaixou, cortamos pela metade e até em 75%, porque assim, de acordo com as coisas que temos em Gramado, achamos que, por exemplo como foi colocado muito bem vereador Volnei, o caso do abate de aves, nesse caso ficou esse valor mas nós podemos, entendo assim, podemos revisá-lo no ano que vem, uma vez que a gente pode

 <p>A casa e a voz dos gramadenses</p>	<p>CÂMARA DE VEREADORES Gramado</p>	RQ - 025	Data: 19/10/2010
			Revisão: 001
			Página 4 de 4
Ata de Sessão			

**Plenário JULIO FLORIANO PETERSEN
- XV Legislatura -**

FL. Nº: 44

ter a isenção pelo Gramado Colônia, e num outro momento fazer uma nova revisão e ajustar um pouquinho esse valores. Eu acredito que seja possível num segundo momento, é uma taxa única, você vem com um produto novo e ela é taxada uma vez só, então não é taxada duas ou três vezes, isso na inspiração que precisamos ter na política estadual para conseguirmos a equivalência no estado, pouco por isso que a gente está com essa demanda, mas bem pertinente e muito boa as colocações Julita.” Vereador **Luia Barbacovi**: “Secretário e a comunidade, é importante entender porque que foi feita essa audiência pública até por uma questão legal, e também porque pra entrar em vigor em 2019 tem que ser aprovado ainda este ano. Então além da audiência, vamos ter amanhã uma sessão extraordinária só para votar esse Projeto, então pelo que eu vi as manifestações, me parece a grande maioria no primeiro momento vão ser beneficiados pelo Gramado Colônia, e eu acho que seria interessante ficar bem atento, porque como diz o secretário, nós temos condições de alterar essa lei, é bem tranquilo, pode gerar um aumento de custos, pode, e isso é ruim pra quem produz e pra quem compra. Então eu acho que pelo que se viu aqui, não temos grandes manifestações contrárias, talvez amanhã a gente aprovando tem a possibilidade exatamente que, ela não vai ser cobrada no primeiro momento em função as outra lei, então acho importante ter em mente, mas o mais importante é não esquecer, porque é muito comum, aprovou a lei não vai ser cobrado ano que vem, e quando se vê os tres anos passam muito rápido, acho que temos ficar atento exatamente pra eventualmente corrigir e não criar problema pra quem produz e pra quem compra. Então, só uma sugestão porque vai ser difícil pela manifestação aqui, acho que o pessoal entende que é benéfico no sentido de poder comercializar dentro do estado, mas sempre gera custos e ninguém gosta de pagar muitas vezes, e trabalhar muito justo no seu produto, então eu deixaria essa sugestão e outras sugestões, eventualmente sendo aprovado amanhã, não esqueçam que não vão ser cobrado talvez ano que vem, ou em 2020, mas ela começa a ter um custo em 2021 talvez, e seria bom antes disso corrigir essa lei de houver distorções que prejudique alguém.” Presidente **Volnei da Saúde**: “Acho importante colocar também, e isso não é um acrítica esse ano, todos os anos no final do ano vem essas questões tributárias na última semana pra gente definir, o Alexandre até considerou que se poderia mexer nos valores e isso fica pro ano que vem, então talvez no ano que vem nos vamos ter que fazer toda essa discussão de novo, que se esse projeto tivesse chegado na Casa a um mês antes, a gente deixava tudo redondinho e pronto esse ano. Então eu deixo essa crítica e não a quem está aqui hoje, mas a todos que se antecederam e fizeram desasa forma também, então se pro ano que vem a gente tenha alguma questão tributária, que venha com antecedência, que a gente possa discutir com a comunidade e se possa resolver de uma vez, e que não precise no próximo ano mexer e fazer alterações novamente.” Secretário **Alexandre Meneguzzo**: “Volnei gostaria apenas de duas pequenas considerações, uma é relativa a esses prazos, tivemos auditoria em agosto e imediatamente após auditoria, encaminhamos para a secretaria da fazenda a solicitação, para fazermos essa, esse momento de hoje. E o segundo é que, eu lembro que nós comentamos hoje de manhã, termos sempre a reunião do serviço de inspeção, da importância de nos abrigarmos também contra uma concorrência desleal, porque hoje da maneira como está, se se instalasse um frigorífico maior, mas poderíamos ter uma concorrência sem taxas, sem estar se pagando nada e que poderia nos engolir, nossas agro indústrias em virtude, então como o pagamento é por volume de produção, essa taxa mais mensal é por volume de produção, de certa maneira ela protege quem é menor, e faz com que o grande também pode vir, é bem vindo, mas também precisa contribuir com o município pra que o município também não fique sem as pernas, era isso, muito obrigado.” Presidente **Volnei da Saúde**: “Convido a todos para amanhã às 9 horas, teremos a sessão extraordinária, é o único projeto que temos na Casa, que vai ser votado amanhã. Nada mais tendo a constar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta presente audiência pública” Sala de Sessões, Assessora de Cerimonial e Protocolo M^a Aparecida Oaigen Benetti, 18 de dezembro de 2018

VOLNEI DA SAÚDE
Presidente da COF

EVERTON MICHAELSEN
Vice Presidente da COF

LUIA BARBACOVI
Membro da COF